



**GRUPO  
PARLAMENTAR**  
**Partido Socialista**  
**AÇORES**

### **PS/Açores defende continuação da atribuição de refeições escolares durante ensino à distância**

O Grupo Parlamentar do PS/Açores defende que “deve ser prolongado o programa de atribuição de refeições escolares, às famílias carenciadas, tal como aconteceu durante a primeira fase da pandemia” e alerta para “os constrangimentos que podem resultar” da alteração que o Governo quer fazer ao programa. O assunto esteve em análise na Comissão de Assuntos, que reuniu esta quinta-feira.

“Consideramos que querer responsabilizar, agora, nesta fase, entidades que não estão normalmente envolvidas neste processo de sinalização, pode ser dramático para estas famílias”, afirmou a deputada Célia Pereira, durante a reunião da Comissão de Assuntos Sociais, onde esteve em análise o conjunto de medidas que o Grupo Parlamentar do PS/Açores propõe para apoio às famílias fortemente afetadas pela pandemia.

A deputada do PS/Açores sublinha que funcionou bem o programa implementado no ano passado, “que abrangeu 285 famílias”, “em todas as ilhas”, pelo que, alertou: “Agora a proposta de articulação com os municípios talvez não seja a mais eficiente ou a que venha a ter melhores resultados”. Em causa está o programa de atribuição de refeições escolares, em período de férias e interrupções letivas até que seja retomado o regular funcionamento das escolas, tal como aconteceu na primeira fase da pandemia.

Para além da atribuição de refeições, o conjunto de medidas propostas pelo PS/Açores para apoio às famílias prevê, à semelhança do que foi feito no ano passado, que seja criada, na modalidade de complemento, uma medida que garanta a manutenção do rendimento ao pai/mãe ou ao encarregado de educação, até duas vezes o salário mínimo regional, nos casos em que ficaram em casa, por causa da assistência à família.

A isenção do pagamento de mensalidades às famílias pela frequência de creches, jardins de infância, amas, ATL Centros de Dia e de noite, e a atribuição de uma compensação às instituições pelas mensalidades perdidas, são outras das medidas em análise.

Ponta Delgada, 4 de fevereiro de 2021